

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES  
CENTRO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS SOBRE CULTURA E  
COMUNICAÇÃO

**BEATRIZ LADISLAU DE ASCENÇÃO**

**Caminhos Políticos da Economia Criativa no Brasil**

**São Paulo**

**2019**

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES  
CENTRO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS SOBRE CULTURA E  
COMUNICAÇÃO

## **Caminhos Políticos da Economia Criativa no Brasil**

**Beatriz Ladislau de Ascensão**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão de Projetos Culturais e Organização de Eventos.

**Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Karina Poli da Cunha**

São Paulo

2019

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a todos e todas professores (as), orientadores (as), mestres (as), pais e amigos (as) que me apoiaram e acreditaram no plano traçado para realização de um sonho.

Em destaque especial à Maria José Ladislau Tani, minha mãe que sempre me apoiou, inspirou e incentivou em todos meus projetos;

Ao orientador Prof<sup>o</sup> Dr<sup>o</sup> Pedro Campos, que permitiu minha primeira experiência com pesquisa científica e que através dos seus ensinamentos pude aperfeiçoar minha determinação acadêmica;

À orientadora Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Clarice Cristine Menezes, que teve tato e paciência ao me orientar na pesquisa monográfica;

À orientadora Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Karina Poli, por compartilhar o entusiasmo com a linha de pesquisa da especialização e me orientar com tamanho capricho;

# CAMINHOS POLÍTICOS DA ECONOMIA CRIATIVA NO BRASIL<sup>1</sup>

Beatriz Ladislau de Ascensão<sup>2</sup>

**Resumo:** O artigo pretende discutir, por meio do estudo de caso da Secretaria de Economia Criativa (SEC), a questão da dimensão econômica da cultura no Brasil. Com o objetivo de analisar a trajetória de programas e o contexto administrativo do órgão, foi estabelecida uma análise comparativa entre relatórios oficiais dos períodos 2011-2012 e 2014-2015, para compreender a situação atual das políticas públicas do setor no âmbito da Economia Criativa e quais foram as principais mudanças de proposições entre 2011 a 2016. De acordo com os resultados de nosso estudo, as mudanças de representações políticas alteraram não só o conceito de Economia Criativa proposto no início das discussões sobre implementação de políticas públicas do setor, mas também a organização administrativa e a disposição de programas.

**Palavras-chave:** economia criativa; políticas públicas de cultura; alternância de representações;

**Abstract:** The article intends to discuss, through the case study of the Secretariat of Creative Economy (SEC), the question of the economic dimension of culture in Brazil. In order to analyze the program trajectory and the administrative context of the agency, a comparative analysis was established between official reports for the periods 2011-2012 and 2014-2015, in order to understand the current situation of the public policies of the sector in the scope of the Creative Economy and the main changes of propositions between 2011 and 2016. According to the results of our study, the changes in political representations altered not only the concept of Creative Economy proposed in the beginning of the discussions on the implementation of public policies of the sector, but also the administrative organization and the provision of programs.

**Key words:** creative economy; public policies of culture; alternation of representations;

**Resumen:** El artículo pretende discutir, a través del estudio de caso de la Secretaría de Economía Creativa (SEC), la cuestión de la dimensión económica de la cultura en Brasil. Con el objetivo de analizar la trayectoria de programas y el contexto administrativo del órgano, se estableció un análisis comparativo entre informes oficiales de los períodos 2011-2012 y 2014-2015, para comprender la situación actual de las políticas públicas del sector en el ámbito de la Economía Creativa y que fueron los principales cambios de proposiciones entre 2011 y 2016. De acuerdo con los resultados de nuestro estudio, los cambios de representaciones políticas alteraron no sólo el concepto de Economía Creativa propuesto al inicio de las discusiones sobre implementación de políticas públicas del sector, organización administrativa y la disposición de programas.

**Palabras clave:** economía creativa; políticas públicas de cultura; alternancia de representaciones;

---

<sup>1</sup> Trabalho de conclusão de curso apresentado como condição para obtenção do título de Especialista em Gestão de Projetos Culturais e Organização de Eventos.

<sup>2</sup> Beatriz Ladislau de Ascensão é bacharela em Relações Internacionais pela UFRRJ e pós-graduanda lato sensu em Gestão de Projetos Culturais e Organização de Eventos pelo CELACC/ ECA/ USP.

## 1 INTRODUÇÃO

As políticas públicas de cultura no Brasil ganharam projeção no início do século XXI. Ao longo de sua trajetória foi possível constatar períodos de instabilidade e vulnerabilidade em relação a estruturação, institucionalização e permanência efetiva dessas políticas. A criação do Ministério da Cultura bem como as políticas desenvolvidas a partir dessa organização ainda contam com muitos desafios em relação a consolidação uma política de Estado efetiva e duradoura para o desenvolvimento cultural do país.

Em tempos recentes a dimensão cultural dos países também passou a ser bastante discutida em relação ao potencial de desenvolvimento social e econômico. A economia da cultura surge como uma alternativa de produção sustentável do mundo contemporâneo, ao qual utiliza-se do insumo da criatividade para geração de bens e serviços. A descoberta da capacidade de geração de renda e emprego pelos países que se anteciparam na implantação de políticas públicas de incentivo à economia criativa obtiveram resultados notáveis nos indicadores econômicos.

De acordo o Relatório de Economia Criativa da UNCTAD (2010) os valores das exportações mundiais e produtos e serviços da indústria criativa chegaram a \$592 bilhões em 2008, em contrapartida dos \$297 bilhões em 2002. Com esse aumento a UNCTAD estima uma taxa de crescimento anual de 14% em relação ao mercado de bens e serviços culturais mundiais (RELATÓRIO, 2010, p. 127). De acordo com o Relatório da UNCTAD, a economia criativa vem despontando como novas oportunidades dos países em desenvolvimento de inserção nos setores de alto crescimento da economia mundial com participação no comércio (*idem*). Dessa forma, é relevante que se destaque as contribuições dos esforços brasileiros nesse setor, bem como se realize análises quantitativas e qualitativas dessas iniciativas.

No caso do Brasil, o reconhecimento da importância de se desenvolver políticas públicas para o fomento da economia criativa veio à tona na gestão do Ministro Gilberto Gil (2005-2008) no Ministério da Cultura, seguida pela gestão de Juca Ferreira (2008-2011) e precedido pela gestão de Ana de Hollanda (2011-2012) no qual realizou a criação da Secretaria de Economia Criativa (SEC) em 2012.

A partir de uma reconfiguração do papel institucional do Ministério da Cultura, realizado a partir de 2003, foi estabelecido novos regimentos e objetivos para a agenda cultural do país. Tratando-se de diversos marcos na história das políticas culturais

implantados no período de 2003 a 2010, como demonstrado por Alexandro Barbalho (2017, p.245), “na reestruturação do Ministério e do Conselho Nacional de Cultura, na realização das conferências nacionais, estaduais e municipais de cultura, na elaboração do Plano Nacional e na implantação do Sistema Nacional de Cultura, entre outros programas e ações que visam superar a descontinuidade das políticas culturais, transformando-as, minimamente, em políticas de Estado.”.

Esses marcos foram fundamentais para redirecionar as políticas públicas de cultura com os planos de desenvolvimento do país, como é possível identificar na publicação do Programa de Políticas Públicas de Cultura de 2002 e intitulado “A imaginação à serviço da Brasil” (PT, 2002) (LOPES, 2015, p.174). Neste documento a tridimensionalidade da cultura é assumida como forma de compreensão e direcionamento do objetivo de desenvolvimento, em contraposição a cultura padronizada e mercantil. Adotou-se então a visão abrangente da cultura, que a compreende em três dimensões: *simbólica*, *cidadã* e *econômica* (OLIVEIRA, 2014, p.63).

Segundo a análise realizada por Ruy Sardinha Lopes (2015) sobre o período da presidência de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) junto ao ex-ministro da Cultura Gilberto Gil (2003-2008), os projetos colocados em prática deram centralidade à dimensão cidadã, com a institucionalização e democratização das políticas culturais, e à dimensão simbólica, com projetos descentralizadores e de promoção a diversidade cultural, como o Cultura Viva. Entretanto, em relação à dimensão econômica o autor afirma que o tema foi apenas introduzido pelo governo (LOPES, 2015). De acordo com o autor, foi apenas no governo de Dilma Rousseff (2011-2016) junto à ex-ministra da Cultura Ana de Hollanda (2011-2012) que a temática da Economia Criativa ganhou centralidade nas políticas públicas de cultura.

Interessante notar que nesse ínterim houve também uma sucessão significativa de lideranças no Ministério da Cultura, o que pode representar uma guinada de direcionamentos em relação aos planos de governo para Economia Criativa. No primeiro momento de reorganização do conceito da dimensão econômica no Brasil, sob a gestão de Gilberto Gil (2003 – 2008), há um forte engajamento no sentido de tornar participativo e descentralizado a formulação de tais políticas. Seguido por Juca Ferreira (2008-2011), que durante a gestão anterior fora Secretário-Executivo do MinC e que deu continuidade aos processos estabelecidos na gestão de Gil.

Com a mudança de presidência da república, na gestão de Dilma Rousseff (2011-2016), houve outra indicação para ocupação do MinC, sendo nomeada para ministra Ana de Hollanda (2011-2012). De acordo com Alexandre Barbalho (2017, p.245) mesmo que houvesse uma continuidade do projeto político fundamentado pelo Partido dos Trabalhadores (PT) houve resistência pela permanência de Juca Ferreira no Ministério, provocando um forte movimento de oposição à ocupação de Ana de Hollanda. Ainda de acordo com Barbalho (2017, p.245), a nova ministra fundadora da Secretaria de Economia Criativa, reconfigurou a composição do quadro interno do MinC e propôs novas pautas, deu continuidade a alguns programas e extinguiu outros. No entanto, sua impopularidade gerou o afastamento da mesma do cargo em setembro de 2012.

No primeiro ano de gestão de Rousseff e Hollanda o Plano da Secretaria de Economia Criativa para os anos de 2011 a 2014 foi lançado com a proposta de desenvolvimento cultural e econômico para o Brasil, sob os pilares da inclusão social, da sustentabilidade, da inovação e da diversidade cultural (PLANO, 2011). Em 2012, o Ministério da Cultura cria a Secretaria de Economia Criativa (SEC), do qual focava-se no incentivo ao desenvolvimento de empreendimentos criativos brasileiros. De acordo com Frederico Lustosa da Costa e colaboradores (2015, p.28), a SEC tinha como missão conduzir as políticas públicas para o desenvolvimento local e regional, dando prioridade ao apoio, fomento e monitoramento de profissionais de micro e pequenos empreendimentos criativos brasileiros.

Ruy Sardinha Lopes (2015, p. 184) destaca que a institucionalização pode ser encontrada no desenho do desenvolvimento intersetorial e intergovernamental que a SEC firmou. Envolveu-se com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o Conselho Nacional de Pesquisa Científica e Tecnológica (CNPq), a Caixa Econômica Federal (CEF), e vários ministérios, como o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), o Ministério do Trabalho (MTE), além de universidades e observatórios, o SENAI, o SEBRAE e elaboração do Guia do Empreendedor da Cultura e outros cursos de formação.

A recém-criada Secretaria manifestou fundamental importância a nível nacional e internacional em sua criação e atuação, e alto potencial de aperfeiçoamento e promoção de insumos econômicos. Contudo, em 2015 a SEC deixa de ter caráter de secretaria autônoma e tem seus programas incorporados à Secretaria de Políticas Culturais, sob a alegação de que a partir daquele momento a agenda da SEC passaria a operar com estratégias setoriais e temáticas junto a outras unidades do Ministério (RELATÓRIO, 2015, p. 6).

Na posterior gestão de Marta Suplicy (2012-2014) aparentemente havia um aceno de mais força política em relação a superação de conflitos internos e um retorno ao desenvolvimento de políticas iniciadas por Gil e Ferreira. Como denota Antonio Carlos Albino Rubim (2015, p.27) tal força política não se traduziu em compromisso efetivo com as políticas culturais, em razão da concentração de poder e o privilegiamento de interesses políticos imediatos da ministra.

Segundo Lia Calabre (2015, p. 40-42) a gestão da ministra Marta Suplicy ficou marcada pela ausência da construção de uma política cultural efetiva, além de ser mais centrada em ações de alcance de curto prazo, de resultado imediato e grau significativo de visibilidade. Em relação à Secretaria de Economia Criativa, houve a continuidade dos programas propostos pelo órgão e a implantação de alguns projetos como as Incubadoras Brasil Criativo e os Observatórios de Economia da Cultura.

Em 2014 com a reeleição de Dilma Rousseff na presidência houve a indicação de Juca Ferreira para a ocupação do Ministério da Cultura. Apesar da comprovada importância, em 2015 a SEC foi dissolvida tendo suas políticas, programas, processos e pessoas deslocadas da antiga secretaria para a Secretaria de Políticas Culturais (SPC) e Secretaria de Educação e Formação Artística e Cultural (SEFAC). De acordo com Juca Ferreira (2015, p.6-7) a economia criativa representa uma marca do desenvolvimento econômico do mundo contemporâneo e se associa à divisão internacional do trabalho, na relação entre o trabalho manual e extrativista do trabalho intelectual. À medida em que os países periféricos do sistema internacional incorporam a criatividade nas atividades produtivas, essa teria o papel de alterar os rumos de uma globalização unilateral e centralizada, pois os torna menos vulneráveis ao mercado de *commodities* ao mesmo tempo em que amplia os direitos sociais e a participação na riqueza produzida. A questão do fechamento da Secretaria gerou interrogações em relação a continuidade dos seus programas. Tal reestruturação foi justificada reafirmando a transversalidade dos setores criativos, não sendo de interesse deixar a pasta restrita a uma unidade de caráter finalístico (RELATÓRIO, 2015, p.3).

Pretende-se neste trabalho compreender os processos de continuidade e desmonte das propostas definidas pelo Plano da Secretaria de Economia Criativa em relação às políticas públicas de estímulo aos empreendimentos de bens e serviços culturais ao longo do período de 2011 a 2016 e analisar como a dimensão econômica da cultura foi inserida e compreendida no debate das políticas culturais brasileiras. Para esse fim, foi realizada uma comparação dos



programas apresentados no documento “*Secretaria de Economia Criativa - Relatório de Gestão - 2011/2012*”, em paralelo com o “*Balanço de 2015 e do primeiro quadrimestre de 2016 da Secretaria de Políticas Culturais (SPC)*”. O objetivo foi destacar quais os programas voltados para economia criativa foram implementados no primeiro período pela SEC, e no segundo período pela SPC. Com isso, destacar quais programas tiveram continuidade entre o período de 2011 ao primeiro semestre de 2013, até 2015 ao primeiro semestre de 2016.

Para padronizar a busca pelas informações foram criadas três categorias de identificação dos programas: 1. Projetos prioritários; 2. Ações estruturantes; e 3. Eventos realizados. Com as informações encontradas sobre a continuidade dos programas apuramos se essas rupturas e/ou permanência dos programas iniciais desenvolvidos pela SEC poderiam ter relação com os processos de mudanças políticas ocorridas ao longo do período de 2011 a 2016, por meio da consulta a bibliografias secundárias sobre o assunto.

## **2 MARCOS TEÓRICOS E CONCEITUAIS**

É relevante abordar sobre o que são políticas públicas e como a cultura insere-se nesse campo como políticas públicas culturais. Na definição sobre o que é política pública, Lia Calabre afirma que “são decisões ordenadoras da ação do Estado sobre uma determinada área, que normatizam procedimentos, envolvem diferentes agentes em todo seu processo de elaboração e implementação e que para sua efetivação envolvem alocação de recursos humanos e financeiros”. (CALABRE, 2013, p. 324).

No Brasil há um grande debate sobre a inserção da cultura no campo das políticas públicas, de acordo com Anita Simis (2007, p. 135), o papel do Estado democrático no âmbito da cultura não é o de produzir cultura, e sim o de formular políticas públicas de cultura que a tornem acessível em todos os sentidos, compreendendo-a como um direito social do Estado.

Um dos conceitos de políticas públicas culturais mais recorrente é a noção empregada pela UNESCO, que compreende o campo como “um conjunto de princípios operacionais, práticas administrativas e orçamentárias e procedimentos que fornecem uma base para a ação cultural do Estado” (OLIVEIRA, 2016, p. 25).

Após definido o conceito de políticas culturais, parte-se para o caso brasileiro de gestão pública cultural. A fim de apresentar um arcabouço histórico optou-se pela análise de

Antonio Albino Canelas Rubim (2007) que ao examinar a história das políticas culturais brasileiras destaca três tristes tradições que caracterizam o país e os consequentes desafios a serem enfrentados, que são: a ausência, o autoritarismo e a instabilidade. Para explicar esses fatores, o autor faz uma retrospectiva da história das políticas públicas culturais do Brasil.

Com a virada do século, Rubim explica que a chegada do governo de Lula e Gil se deparou com um quadro com muitos desafios. O autor destaca, que no discurso de Gilberto Gil notava-se a reivindicação de um conceito de cultura aos moldes antropológicos. Além de que, o público beneficiado deveria ser a sociedade brasileira. Outra ênfase dada pelo ministro, de acordo com o autor, é a retomada do papel do Estado nas políticas culturais, no qual o ex-ministro traria a afirmação de que formular políticas culturais é também fazer cultura.

Essa retomada do papel do Estado pode ser demonstrada a partir dos esforços de implementação de políticas culturais no país. Logo no discurso de posse do ex-ministro da cultura Gilberto Gil, ficou clara a adoção do conceito abrangente de cultura, termo estabelecido na Constituição Federal de 1988. Conforme respalda Danilo Júnior de Oliveira (2016) este conceito integra as dimensões cidadã, simbólica e econômica das políticas culturais, quando se reconhece como patrimônio brasileiro os modos de criar, fazer e viver (Idem, p.23). Segundo o autor, esse conceito de cultura é a forma mais democrática de ser adotada pelo Estado, pois considera a cultura como direito cultural de todos os indivíduos e grupos sociais.

De acordo com Ruy Sardinha Lopes (2015) o governo de Lula junto ao ex-ministro da cultura Gilberto Gil introduziu a discussão sobre a dimensão econômica da cultura no Brasil, entretanto o tema veio a ganhar centralidade e prática na gestão da presidenta Dilma junto a ex-ministra da cultura Ana de Hollanda. Assim, em 2012 o Ministério da Cultura cria a Secretaria de Economia Criativa (SEC), do qual focava-se no incentivo ao desenvolvimento de empreendimentos criativos brasileiros. O Plano da Secretaria de Economia Criativa para os anos de 2011 a 2014, surge com uma proposta de desenvolvimento cultural para o Brasil, sob os pilares da inclusão social, da sustentabilidade, da inovação e da diversidade cultural. Apesar dos consideráveis avanços econômicos e envolvida com quinze outros ministérios, a SEC foi extinta em 2015 pelo novo ministro da cultura da época, Juca Ferreira.

### 3 METODOLOGIA

Foi feita uma comparação dos programas apresentados no documento “*Secretaria de Economia Criativa - Relatório de Gestão - 2011/2012*”, em paralelo com o “*Balanco de 2015 e do primeiro quadrimestre de 2016 da Secretaria de Políticas Culturais (SPC)*”. O objetivo foi destacar quais os programas voltados para economia criativa foram implementados no primeiro período pela SEC e no segundo período pela SPC. Com isso, destacar quais programas tiveram continuidade entre o período de 2011 ao primeiro semestre de 2013, até 2015 ao primeiro semestre de 2016. Segue tabela com o alcance de dados disponibilizados pelos relatórios:

Políticas Públicas para a Economia Criativa							
2011	2012	ago./13	2014	2015	abr./16	2017	2018
SEC				SPC			

Tabela 1 - Alcance em anos dos relatórios de gestão da SEC e SPC. Fonte: tabela nossa.

Para padronizar a busca pelas informações será dividida a identificação de programas em três categorias: 1. Projetos prioritários; 2. Ações estruturantes; e 3. Eventos realizados. Ao final com as informações encontradas sobre a continuidade dos programas, identificamos os rompimentos nos programas e/ou a permanência deles na atualidade.

Buscamos averiguar a evolução do campo da economia criativa no Brasil, por meio de sua institucionalização e disposição de programas de incentivo ao pequeno empreendedor cultural. Com a apuração das rupturas e/ou continuidades dos programas iniciais desenvolvidos pela SEC, pretendemos averiguar qual a relação que tal processo tem com as mudanças políticas ocorridas ao longo desse período, por meio da consulta a bibliografias secundárias sobre o assunto.

### 4 APRESENTAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Antes da criação da Secretaria de Economia Criativa os projetos com finalidades de incentivar a economia da cultura no Brasil eram de responsabilidade do Programa de Desenvolvimento da Economia da Cultura (PRODEC), criado em 2006, no âmbito do Ministério da Cultura. Comprendemos que há um vasto histórico com relação às transações

entre economia e cultura do Brasil, contudo o escopo desta pesquisa pretende averiguar os programas elaborados pela SEC (2011-2016), criado com a finalidade de unificar esses projetos.

Com a criação da SEC os primeiros passos institucionais foram: a composição da estrutura administrativa do órgão e a elaboração do Plano da Secretaria de Economia Criativa. Para isso, a equipe de transição realizou um levantamento das atividades relacionadas a economia criativa do Decreto 6835 de 2009, última então disponível, junto com o Plano Nacional de Cultura (PNC)<sup>3</sup> que norteou a configuração do campo da economia criativa e o processo de institucionalização das políticas públicas da área no Brasil (RELATÓRIO, 2011, p.8).

Ao final desse período de transição, a SEC apresentou como missão: “conduzir a formulação, a implementação e o monitoramento de políticas públicas para o desenvolvimento local e regional, priorizando o apoio e o fomento aos profissionais e aos micro e pequenos empreendimentos criativos brasileiros.” (RELATÓRIO, 2011, p.8).

Após esses marcos estruturantes da SEC, foi realizado o processo de elaboração do *Plano da Secretaria de Economia Criativa: Políticas, Diretrizes e Ações*, entre os meses de abril e julho de 2011. No Relatório oficial das ações da Secretaria de Economia Criativa (2014) é informado que a elaboração do Plano contou com a participação de especialistas, agências de fomento e desenvolvimento, empresas estatais, organizações bilaterais e multilaterais internacionais, secretarias e fundações de cultura, além de vinte outros ministérios e demais órgãos do Governo Federal, secretarias e autarquias do MinC.

Essa característica de transversalidade na criação dos conteúdos da SEC, foi compreendido como um Plano de Governo e levado a proposta a ser ratificada como Plano Brasil Criativo, tratando-se do “esforço de concertação para envolver as agendas de 20 ministérios, órgãos públicos, agências de desenvolvimento, sociedade civil e academia” (RELATÓRIO, 2011, p.13), na construção de uma política pública transversal e inovadora para a economia criativa.

É importante ressaltar que a estrutura da Secretaria de Economia Criativa foi dividida entre duas diretorias e seis coordenações, três em cada diretoria. São estas a Diretoria de Desenvolvimento e Monitoramento (DDM) - com a Coordenação-Geral de Ações

---

<sup>3</sup> Instituído pela Lei 12.243 de 02/12/2010.

Estruturantes (CGAE), a Coordenação de Territórios Criativos (CTC) e a Coordenação Geral de Desenvolvimento de Projetos Integrados (CGDPI) -, e a Diretoria de Empreendedorismo, Gestão e Inovação (DEGI) - com a Coordenação Geral de Ações Empreendedoras (CGAE), a Coordenação de Formação para Competências Criativas (CFCC) e a Coordenação Geral de Promoção e Difusão (CGPD). Apesar de tal divisão, o Relatório de Gestão da Secretaria de Economia Criativa apresenta as ações como um todo, não divididos por coordenação.

Foi possível notar que no primeiro relatório está fortemente entrelaçado com o Plano da Secretaria de Economia Criativa elaborado na gestão de Ana de Hollanda. Já no segundo Balanço (2015), elaborado sob gestão de Juca Ferreira há uma multiplicidade de ações divididas por secretarias, misturando-se as proposições e contextos entre a SEC e a SPC. Para se fazer possível a análise de continuidades e rompimentos dos programas, separamos os programas em três vetores de análise dessa pesquisa: 1) Ações Estruturantes; 2) Projetos Prioritários, e 3) Eventos.

Em relação às Ações Estruturantes realizadas pela SEC no período de 2011 ao primeiro semestre de 2013, teve-se registrado: a) Conta-satélite da Cultura; b) Pesquisas de informações municipais e estaduais; c) Marcos legais para os setores criativos brasileiros; d) Sistema de Informação Cultural do Mercosul – SICSUR. Já os Projetos Prioritários desse período inicial da SEC foram: a) Observatório Brasileiro de Economia Criativa (OBEC); b) Rede de Observatórios Estaduais de Economia Criativa (OBECES); c) Criativa Birô; d) Redes de Criativa Birô. Sobre os eventos realizados nesse período de 2011 ao primeiro semestre de 2013, estão elencados: a) Arena.CODE 2011; b) Diálogos Setoriais Brasil - União Europeia sobre Economia Criativa; c) II Encontro Ibero-americano de Cultura de Rede; d) Fórum Brasileiro da Economia Criativa; e) Seminário Desafios dos Marcos Legais para a Economia Criativa; f) Colóquio Celso Furtado: Cultura e Desenvolvimento; g) Ano do Brasil em Portugal, Ano de Portugal no Brasil; h) Seminário Cultura e Universidade; i) Ciclo de Oficinas;

Já no Relatório de gestão seguinte denominado “Balanço de 2015 e do primeiro quadrimestre de 2016 da Secretaria de Políticas Culturais (SPC)” inicia com informações sobre a reestruturação do Ministério da Cultura e da Secretaria de Economia Criativa. Neste processo a SEC foi dissolvida e seus programas encaminhados para outras secretarias, entre SPC e SEFAC:

A Secretaria de Políticas Culturais vivenciou, no exercício de 2015, um momento desafiador em sua gestão, devido à inserção, na área, da pauta da economia da cultura. Com isso, foi iniciado um processo de transição entre a SPC e a extinta Secretaria de Economia Criativa (SEC). As políticas, programas, processos e pessoal foram incorporados à Secretaria de Políticas Culturais e ainda constituíram a Secretaria de Educação e Formação Artística e Cultural (SEFAC). Retomou-se a perspectiva construída entre 2003 e 2010 da necessidade de operar as políticas relacionadas à dimensão econômica da cultura de forma permeada por todo o Ministério, não apenas restrita a uma unidade de caráter finalístico. (BALANÇO, 2015, p.3)

A partir deste redesenho institucional a Secretaria de Políticas Culturais foi subdividida em duas diretorias com três coordenadorias cada. São essas a Diretoria de Estudos e Monitoramento de Políticas Culturais (DEMPC) - com a Coordenação-Geral de Cultura Digital (CGCD), a Coordenação-Geral de Monitoramento de Informações Culturais (CGMIC) e a Coordenação-Geral de Políticas Culturais (CGPNC) -, e a Diretoria de Empreendedorismo, Gestão e Inovação (DEGI) - com a Coordenação-Geral de Ações Empreendedoras (CGAE), a Coordenação-Geral de Promoção e Difusão (CGPD) e a Coordenação-Geral de Desenvolvimento de Projetos Integrados (CGDPI).

Diferentemente do primeiro relatório as atividades realizadas se encontram divididas por Coordenações gerando um aumento do volume de ações e perdendo a relação direta com os preâmbulos previstos pela PSEC. Por essa razão fazer um paralelo entre as Ações Estruturantes, Projetos Prioritários e Eventos entre os dois relatórios contou com um descompasso de estrutura entre os documentos. Interessante notar que além dessas três categorias de atividades, no segundo relatório apresentam outros formatos de ações como relevantes a serem incluídos no documento oficial, como reuniões, lançamentos, parcerias, suportes, consultas públicas, contratações, etc. Optamos por destacar as ações do primeiro relatório que foram mantidas no segundo e sintetizar outras ações por temáticas.

Dentre as Ações Estruturantes do primeiro relatório a “a) Conta-satélite da Cultura” foi mantida e transferida para a CGMIC, representada por “14ª Reunião do Comitê Gestor da Conta Satélite” e “Implementação de Contas Satélite do Convênio Andrés Bello na Colômbia”. A “b) Pesquisas de informações municipais e estaduais” pode ser encontrada no segundo relatório sendo absorvido pela mesma Coordenação, a CGMIC, e sendo representado pela sigla SNIIC (Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais). As ações referentes ao SNIIC são registradas no relatório como “Reposicionamento do SNIIC”, “2ª Reunião da Comissão do SNIIC”, “Lançamento da Rede Cultura Viva integrada ao SNIIC” e “Lançamento do Cadastro do Sistema Nacional de Museus e Bibliotecas integrado ao SNIIC”. Além disso outra coordenação, a CGCD, registra a SNIIC como Projeto Prioritário.

Já o “c) Marcos Legais para os setores criativos brasileiros” do primeiro relatório não é localizado como Ação Estruturante de nenhuma coordenação do segundo, mas pode ser enquadrado como Projetos Prioritários do segundo à medida em que neste relatório encontra-se temas como “Recompor o GT MINC-PNC”, “Publicar o decreto de regulamentação da lei do PNC”, “Realizar consulta pública – 1ª fase”, “Criar, compor e articular o Comitê Executivo do PNC” e “Realizar consulta pública – 2ª fase”, dentro da pasta da CGPNC.

Por fim o “d) Sistema de Informação Cultural do Mercosul – SICSUR” apresentado pelo primeiro relatório, aparece no segundo sendo de responsabilidade da CGMIC, com a seguinte atividade “Diálogos com CECIC e SICSUR dentro do escopo Mercosul Cultural”. Outras ações com relação a internacionalização também foram citadas no segundo relatório como “Agenda da Internacionalização” e “Micsul” ambos sob a responsabilidade da CGPD.

É possível notar o distanciamento da organização entre ambos relatórios, refletida pela transição de representantes da pasta. Nas Ações Estruturantes que são pontuadas apenas no segundo relatório podem ser enquadradas o “Programa de Economia da Música” e a “Refundação do Programa Cultura e Pensamento”, localizados na CGAE e na CGPNC, consecutivamente.

Com relação aos projetos prioritários no primeiro relatório é citado em primeiro lugar o “a) Observatório Brasileiro de Economia Criativa (OBEC)” e segundo “b) Rede de Observatórios Estaduais de Economia Criativa (OBECs)”. No segundo relatório a ênfase aos observatórios é apenas citada como “OBECs”, sendo responsabilidade do CGAE. Sobre o projeto prioritário “c) Criativa Birô” e o “Redes de Criativa Birô” não são citados no segundo relatório.

Sobre os Eventos citados no primeiro relatório, não há nenhum que se repita no segundo, sendo os eventos do segundo estes: CGCD - “Debates em torno do tema Direitos Culturais na Internet; Consulta pública para regulamentação do Marco Civil da internet; Cultura Digital do Século 21 do Projeto Dialoga Brasil.”; CGMIC – “Fórum Nacional de Sistemas de Informações Culturais; Seminário Latino-Americano de Informações e Indicadores Culturais”; CGPNC – “Ciclo de Seminários; Fomento a iniciativas da sociedade”; CGAE – “II Encontro da Rede Incubadores Brasil Criativo; I Encontro de Territórios Criativos; 7ª Conferência Brasileira de Arranjos Produtivos Locais e Lançamento Políticas de Estado para a Música”; CGPD – “LABIC – Laboratório de Inovação Cidadã”; Workshop

Internacionalização e Economia da Cultura; Oficina de formação edital CCB #negócios; Oficinas de mobilização para os editais.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os resultados encontrados demonstram que nos primeiros anos de existência da Secretaria de Economia Criativa mesmo havendo duas diretorias e seis coordenações foram realizadas o montante de quatro ações estruturantes, quatro projetos prioritários e nove eventos ligados à economia criativa, ao longo de dois anos e meio, de 2011 a agosto de 2013.

A partir da dissolução da Secretaria de Economia Criativa e migração dos programas para a Secretaria de Políticas Culturais o novo relatório de gestão apresentou os dados com outro formato. Também dividida entre duas diretorias e seis coordenações, o relatório apresenta os programas divididos por cada coordenação, demonstrando ampliação do escopo dos projetos implementados.

Foram apresentados o total de vinte e quatro ações estruturantes, trinta projetos prioritários e quinze eventos ao longo de um ano e meio, de 2015 a abril de 2016. No decorrer dessa atuação é possível verificar uma ampliação do escopo de implantação de políticas públicas voltadas para a Economia Criativa. Temas setoriais como empreendimentos à música, a internacionalização e a publicação de novos dados sobre a economia criativa.

Entre os dois relatórios é possível identificar que no documento que indica o período entre 2011 a 2012 foi adotado como estrutura de organização do texto os mesmos itens apresentados no Plano da Secretaria de Economia Criativa a fim de demonstrar o que foi realizado pela Secretaria a partir do que foi proposto no Plano lançado em 2012. Neste caso, foi identificada a tentativa de integrar políticas públicas de outros ministérios e envolver diferentes secretarias de fora do Ministério da Cultura para a criação do Programa Brasil Criativo. Da mesma forma, identificou-se um forte envolvimento do setor acadêmico, principalmente tendo em vista a criação dos Observatórios, sinalizando a intenção de construir mecanismos e processos de medição e mensuração de dados sobre a Economia Criativa do país. Essas ações, por sua vez, apresentaram um distanciamento das estratégias e processos de consulta pública e planejamento participativo que envolveu as ações das gestões anteriores.



Também é possível perceber ao analisar o relatório da gestão de Juca Ferreira entre 2014 -2015 a substituição do termo Economia Criativa para o termo Economia da Cultura, sendo este retirado dos discursos políticos demonstrado um posicionamento ideológico diferente da gestão anterior e um novo distanciamento da dimensão econômica da cultura. Apesar das tentativas de reativação do PRODEC as ações desenvolvidas e descritas em relatório ficaram restritas somente a alguns setores da produção cultural o que deixa claro um tratamento da dimensão econômica da cultura fragmentada em detrimento a sua perspectiva intersetorial e interministerial.

Quando Juca Ferreira incorpora os programas da SEC à SPC e a SEFAC, as ações anteriormente desenvolvidas foram distribuídas em relatórios distintos o que acabou por demonstrar uma ampliação de ações e programas. No entanto, na análise sobre a continuidade ficou comprometida, uma vez que as ações, projetos e eventos se misturaram com ações específicas das Secretarias que acolheram a SEC, dificultando a análise comparativa através das categorias propostas. Isso pode ser observado pela forma como o segundo relatório foi organizado, o qual apresenta o descritivo das ações estabelecendo relações com as metas do Plano Nacional de Cultura e não com as metas do Plano da Secretaria de Economia Criativa.

A análise do relatório da SPC junto às coordenações especializadas não demonstrou ações transversais de tratamento da dimensão econômica da cultura, sendo essa entendida a partir da setorização e da separação das linguagens culturais. Por outro lado, foi possível identificar uma tentativa de retomada dos processos de participação social e um esforço na condução de políticas culturais de caráter democrático que se aproximam das dimensões simbólicas e cidadãs da cultura. Com isso, o resultado de nossa análise apresentou que através da leitura dos relatórios foi possível identificar uma descontinuidade dos trabalhos desenvolvidos durante os primeiros anos da Secretaria de Economia Criativa e um distanciamento da dimensão econômica da cultura. Com isso, podemos afirmar que, segundo as tristes tradições de Rubim, o Brasil, mesmo com todos os avanços das políticas culturais nos últimos 20 anos, não conseguiu sua estabilidade. Porém apesar da instabilidade característica dos últimos anos, a realidade atual brasileira apresenta-se ainda mais preocupante, indicando que sairemos de uma fase de instabilidade para uma fase de ausência de políticas culturais demonstrando um real retrocesso para o setor.

## REFERÊNCIAS

- BARBALHO, Alexandre. **Política Cultural em tempo de crise: o Ministério da Cultura no Governo Temer.** In de Cerqueira, A.P.C., 2018. Política cultural e “crise” no governo Temer. Revista Novos Rumos, 55.
- BRASIL. **Balço de 2015 e do primeiro quadrimestre e 2016 da Secretaria de Políticas Culturais (SPC).** Secretaria de Economia Criativa, 2016.
- BRASIL. **Secretaria da Economia Criativa - SEC - Relatório de Gestão - 2011/2012, janeiro a agosto de 2013.** Ministério da Cultura, 2013.
- CALABRE, Lia. **História das políticas culturais na América Latina: um estudo comparativo de Brasil, Argentina, México e Colômbia.** Revista Escritos, Ano 7, n.7, 2013.
- CALABRE, Lia. In **Políticas culturais no governo Dilma** / Antonio Albino Canelas Rubim, Alexandre Barbalho, Lia Calabre, Organizadores. – Salvador: EDUFBA, 2015. 281 p. : il. – (Coleção Cult)
- CANCLINI, Nestor Garcia (Ed.). **Políticas culturales en América Latina.** México, D.G.: Editorial Grijalbo, 2005.
- COSTA, Frederico Lustosa da Costa; CUNHA, Augusto Paulo. In **Dimensões econômicas da cultura: experiências no campo da economia criativa no Rio de Janeiro/ Flávia Lages de Castro, Mário F. de Pragmácio Telles, coordenadores.** – Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.
- FERREIRA, Juca. In **Dimensões econômicas da cultura: experiências no campo da economia criativa no Rio de Janeiro/ Flávia Lages de Castro, Mário F. de Pragmácio Telles, coordenadores.** – Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.
- LOPES, Ruy Sardinha. Uma nova agenda para a cultura: o discurso da economia criativa no governo Rousseff, in **Políticas culturais no governo Dilma** / Antonio Albino Canelas Rubim, Alexandre Barbalho, Lia Calabre. Organizadores. - Salvador: EDUFBA, 2015.
- OLIVEIRA, Danilo Júnior de. Artigo. In: Ana Paula do Val... [et al.]. - Políticas públicas de culturas - [São Paulo]: s.n., 2016. 90p
- OLIVEIRA, Danilo Júnior de. **Direitos Culturais e políticas públicas: os marcos normativos do sistema nacional de cultura.** 2014. 164f. Dissertação (Doutorado em Direito), Universidade de São Paulo, USP, Programa de Pós-Graduação em Direito, Direitos Humanos, 2014.
- Plano da Secretaria da Economia Criativa: políticas, diretrizes e ações, 2011 – 2014.** Brasília, Ministério da Cultura, 2012.
- RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Políticas culturais no Brasil: tristes tradições.** In: Revista Galáxia, n.13. São Paulo: 2007.
- RUBIM, Antonio Carlos Albino Rubim In **Políticas culturais no governo Dilma** / Antonio Albino Canelas Rubim, Alexandre Barbalho, Lia Calabre, Organizadores. – Salvador: EDUFBA, 2015. 281 p.: il. – (Coleção Cult)

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos.** São Paulo: Cengage Learning, 2011.

SIMIS, Anita. **Políticas culturais no Brasil** / organização Antonio Albino Canelas Rubim. — Salvador : Edufba, 2007.000 p. — (Coleção cult)

UNCTAD, Relatório de Economia Criativa. "**Economia Criativa: Uma Opção de Desenvolvimento Viável.**" São Paulo (2010).